

DOCUMENTOS  
 AMBIENTAL  
 DATA 28/11/98  
 CLASS. 470

# 'A Morte Social dos Rios' faz diagnóstico da destruição

O antropólogo Mauro Leonel realiza um trabalho com determinação e demonstra que a devastação não se restringe às águas, mas, como espelho de sua superfície, reflete uma realidade social

"Quando olhei para baixo, vi um enorme rio deslizando mansamente por milhas e milhas, passando de um país para outro sem parar. Vi também grandes extensões de florestas e numa das bordas delas o oceano tocando as praias de dois continentes. Duas palavras vieram à minha mente quando eu enxerguei essas cenas lá em baixo: comunidade e interdependência. Nós somos um único mundo." John-David Bartoe, astronauta norte-americano.

ULISSES CAPOZOLI

Quando o ex-ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, disse que "o Brasil tem rios à vontade para serem poluídos" estava oficializando uma prática contemporânea à chegada da frota de Cabral, com as florestas espessas que cobriam a costa brasileira vistas como uma barreira à conquista do interior. Sem florestas secam os rios e sem os rios a vida não faz sentido.

A filosofia, hoje politicamente incorreta do ex-ministro, foi exposta em 1972

no 1.º Encontro Internacional sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suécia, reunião promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Afinado com geopolítica da pré-globalização, Reis Velloso justificou que as preocupações ambientais explicitadas em Estocolmo eram "uma forma de os países ricos impedirem a industrialização de nações emergentes como o Brasil".

Se permaneceram dúvidas sobre as palavras do ex-ministro – inspiradas nos manuais de caserna do então estrategista Golbery do Couto e Silva –, um tempo de um quarto de século depois se encarregou de esclarecer. Prova disso é o livro *A Morte Social dos Rios*, do antropólogo Mauro Leonel, lançado pela Editora Perspectiva.

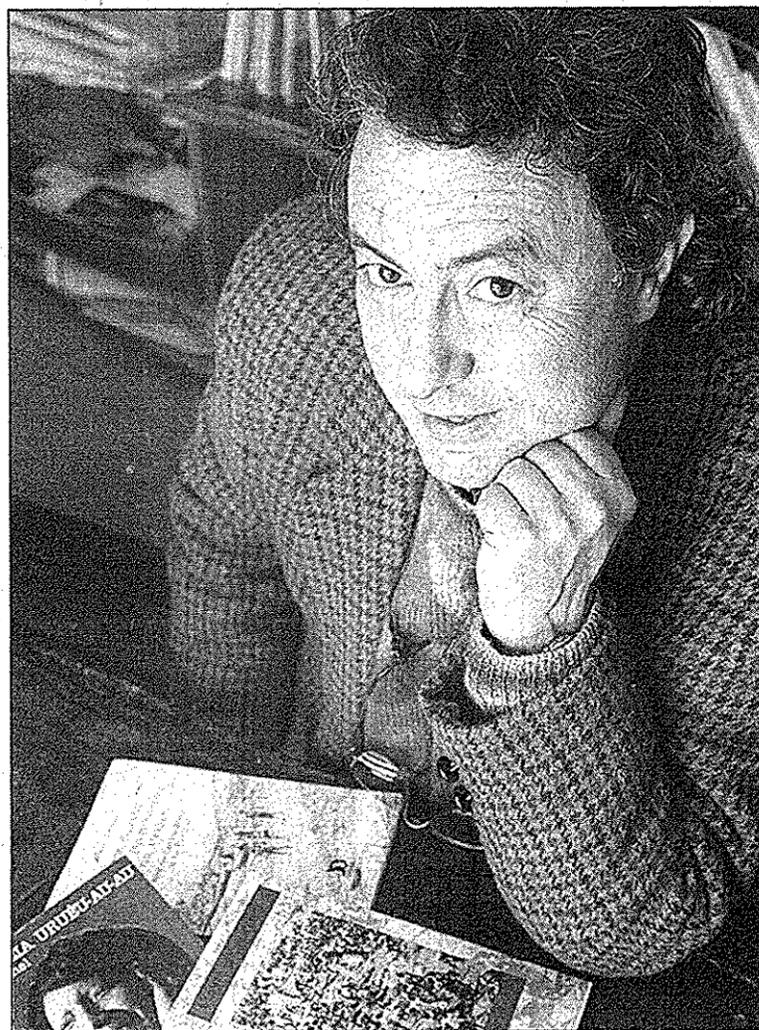
O que pode dizer-se dos rios do Bra-

sil? Se a resposta tivesse de ser expressa numa única frase, ela deveria dizer que estão todos ameaçados. E se isso for verdade, como demonstra Leonel, o que se tem é a metáfora de uma destruição que não se restringe às águas, mas como o espelho de sua superfície, reflete toda uma história social.

Leonel, ex-professor da Universidade de Lisboa e da Universidade de São Paulo (USP), entre outros percursos acadêmicos, é um profundo conhecedor da Amazônia e seus moradores, as populações indígenas, ribeirinhas, coletores e mais recentemente garimpeiros. Assim, a incursão que faz na região vem acompanhada da familiaridade dos usos e costumes como se – ao menos na segunda metade do trabalho, quando as referências bibliográficas são menos frequentes no texto – o leitor estivesse viajando num canto da canoa, no interior de um mercado, no meio da paisagem.

Mauro Leonel parte de Euclides da Cunha, que tituló um de seus ensaios sobre a *Amazônia de Fazedores de Deserto*. Nele, o autor de *Os Serões* recupera essa dimensão histórica ao dizer que "atacaram a terra nas explorações minerais a céu aberto, esterilizaram-na com o lastro das grupiarras, retalharam-na a pontacos de alvião, degradaram-na com as torrentes revoltas e deixaram ao cabo, aqui, ali, por toda a banda, para sempre áridas avermelhando nos ermos com o vivo colorido da areia revolvida, as catas vazias e tristonhas com o seu aspecto sugestivo de grandes cidades em ruínas (...) ora, tais selvatiquezas atravessaram toda a nossa história".

A mesma denúncia que John Houston fez em seu clássico *Tesouro de Sierra Madre* – o ferimento da Terra e a efemeridade do ouro – e a advertência que Rachel Carson sobre o envenenamento da natureza em *Primavera Silenciosa*, Mauro Leonel retoma em *A Morte Social dos Rios*. Sem o lirismo de Houston e a precocidade de Carson, mas com a certeza angustia-



Leonel: familiaridade com usos, costumes e população da Amazônia

da de que eles enxergaram as primeiras cenas de destruição. Leonel faz um trabalho com determinação não muito frequente por aqui, envolvendo uma região de que muito se fala, mas pouco ainda se conhece.

Logo no começo do trabalho há uma observação preciosa e que dá sua dimensão: o não comprometimento com a camisa-de-força ideológica, aprisionador de inteligências e lamentavelmente de presença também histórica no Brasil. Para Leonel, "a investigação necessita de um movimento próprio, separada dos ideais e doutrinas como o único modo de reunir conhecimentos sociológicos adequados, suficientes para serem usados na solução dos agudos problemas da sociedade". O momento de compreender, sustenta, "não deve ser embaçado pelo preconceito".

O que vem a seguir é um desconfortável levantamento que envolve a exploração dos recursos naturais, especialmente os estoques pesqueiros, em conflito com outras estratégias ou in-

teresses, caso do garimpo e mineração por grandes grupos econômicos. As vítimas, num primeiro momento, são as populações indígenas e tradicionais, ribeirinhos e coletores. Em seguida, Leonel mostra como o País é afetado como uma infecção que atinge um órgão e lentamente se espalha por todo o organismo.

Um dos capítulos mais desconfortáveis envolve o garimpo, os rios e a pesca tradicional. Leonel registra que para cada quilo de ouro retirado dos leitos ou barrancos de rios são usados até 3 quilos de mercúrio como agente amalgamador. Qual o efeito dessa poluição, não apenas nos rios remotos da floresta, mas no pescado que chega às mesas do sul do País?

Ele responde que ninguém sabe dimensionar, não existem estudos nem dados mais confiáveis sobre a produção de ouro. Não saber dimensionar, no entanto, não significa que esse impacto seja pequeno. Pelo contrário, ele mostra que é enorme no espaço e no tempo.



Obra: com a certeza angustiada

Uma exploração, à primeira vista enganosamente menos danosa, envolve os peixes ornamentais especialmente no Rio Negro, com centro de referência na localidade de Barcelos. Leonel demonstra que tanto os peixes como seus captores, os piabeiros, são vítimas de uma estrutura arcaica e predadora. "O problema-chave da pesca ornamental é o transporte, com a mortalidade na transferência aos aquários de 30%." As perdas elevadas, por falta de tecnologia adequada, aumentam a pressão na sobrepesca, admitida pelos próprios piabeiros "embora digam que ainda as encontram em grande quantidade, viajando cada vez mais longe".

Hidrelétricas e terras indígenas são outros dois temas de desconforto, particularmente porque aqui é sentida a presença e intensidade da ideologia, a tentativa emocional ou material em justificar a destruição como se ela integrasse um processo natural de transformação, quando, na realidade, são acontecimentos de diferentes dimensões.

Daí a racionalidade cristalina do pajé TsiPOSEGÓV, dos gaviões, quando questionado sobre a razão de os índios não se preocuparem com estocagem. Para TsiPOSEGÓV, os índios "não se pensam viáveis sem os outros seres, ou seja, a provisão estará lá ou os seres humanos também não estarão".

## SERVIÇO

*Morte Social dos Rios*, de Mauro Leonel. Editora Perspectiva 263 páginas. Preço: R\$ 28,00

## TRECHO

A quinta parte rica da humanidade controla 80% do comércio mundial, o centro propulsor da degradação ambiental. Os países ricos consomem dez vezes mais que os pobres.

Um bebê norte-americano consome 30 vezes mais que um dos trópicos. Uma das respostas à degradação socioambiental dos países pobres é a diminuição dos níveis de consumo dos ricos.

Trata-se de solucionar o que e como se produz do Sul para o Norte, promovendo mudanças de tecnologia e de hábitos de consumo. Uma diminuição seletiva dos padrões de alto consumo dos países ricos impulsionaria a qualidade de vida da humanidade, mas é insuficiente para corrigir o conjunto das distorções dos termos das trocas internacionais, do serviço da dívida externa e da transferência de recursos aos ricos, que geram pobreza e danos ambientais ao sul do equador.

(...) Uma tentação de alguns ambientalistas biocêntricos é o não-desenvolvimento, que não é solução para o mau desenvolvimento.

Sobrevalem as áreas de conservação dá biodiversidade, os nichos, santuários, parques e reservas, enquanto subestimam a preservação para e pelo uso adequado.

De fato não se conhece até agora modelo mais eficaz de preservação da biodiversidade do que os parques e reservas. Mas este modelo é resultado da sociedade industrial, cuja simbologia de progresso se acompanha da fantasia de poder sobreviver separadamente da natureza, reservada ao turismo, à aventura e à pesquisa.

Foi o advento da sociedade predatória que obrigou ao sistema de parques. Outras sociedades, com universos simbólicos diferentes, sobreviveram preservando extensões maiores do que a soma das áreas conservadas em parques pela consciência ambiental do mundo industrial.